

# ECONOMIA E POLÍTICA DA GLOBALIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO. A REGULAÇÃO DO TRABALHO.

*Marinús Pires de Lima \**

Resumo: Neste texto, abordam-se sucessivamente vários temas. Em primeiro lugar, a clarificação do conceito de globalização, distinguindo-o de outros conceitos. Depois, estuda-se a relação entre a modernidade universal e as identidades particulares. Refere-se também o conceito de globalização. Será depois a altura para abordar a problemática da regulação do trabalho (emprego e desemprego). Serão também analisadas as estratégias locais de desenvolvimento. Por último, far-se-á uma reflexão sobre a emergência da sociedade civil global.

Palavras-chave: Estratégias locais de desenvolvimento, Regulação do mercado de trabalho.

Texto em memória do Professor Adérito Sedas Nunes, precursor do desenvolvimento das relações luso-brasileiras nas Ciências Sociais

## 1. INTRODUÇÃO

Nesta comunicação, trata-se sucessivamente de vários temas. Em primeiro lugar, a clarificação do conceito de globalização, distinguindo-o de outros conceitos. Depois, aborda-se a relação entre a modernidade universal e as identidades particulares.

Refere-se também o conceito de glocalização. Será depois a altura para abordar a problemática da regulação do trabalho (emprego e desemprego).

Serão também analisadas as estratégias locais de desenvolvimento. Por último, far-se-á uma reflexão sobre a emergência da sociedade civil global<sup>1</sup>.

## 2. INTERNACIONALIZAÇÃO, MULTINACIONALIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO

«Embora os três conceitos sejam geralmente usados de forma indistinta e por isso confusa, eles designam processos e fenómenos diferentes. Eles implicam diferentes protagonistas, que jogam com regras distintas e têm um impacto significativamente diferente nas estratégias, políticas e sociedades» (GRUPO DE LISBOA, 1994). Beaud fez um esforço importante para distinguir os três fenómenos (BEAUD, 1989). De facto, a *globalização* representa um fenómeno novo em comparação com a internacionalização e a multinacionalização. Para a clarificação do conceito de globalização, seguiremos aqui de perto o trabalho do Grupo de Lisboa.

### 2.1. A internacionalização

A *internacionalização* da economia e da sociedade respeita ao conjunto dos fluxos de trocas de matérias-primas, produtos e serviços, dinheiro, ideias e pessoas, efectuado entre dois ou mais Estados-Nação. As estatísticas do comércio (importação/exportação) e de movimentos populacionais constituem o instrumento mais preciso para medir e verificar a natureza e o alcance da internacionalização.

---

\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

<sup>1</sup> Este texto deve muito à leitura atenta da bibliografia final e à recolha e ao tratamento da informação realizada em vários projectos de pesquisa (indústria automóvel, siderúrgica e naval, avaliação da Operação Integrada de Desenvolvimento de Setúbal). Beneficiou também da colaboração de muitos anos com o laboratório de Alain Touraine. Finalmente, recebeu contribuições relevantes de colegas, entre os quais Rogério Roque Amaro

É um fenómeno historicamente antigo. A expressão francesa "économie-monde", usada pelo historiador Braudel no seu extraordinário livro sobre a emergência do capitalismo, designa uma interpretação análoga da expansão da Europa, para outras comunidades nos sistema global de comércio.

O modelo e o nível de internacionalização mudaram ao longo dos séculos, com a transformação das estruturas e das classes sociais. Seguindo ainda de perto o trabalho do Grupo de Lisboa, pode-se afirmar que, logo que um novo Estado se apoderou dos domínios de conquista colonial e de expansão comercial, surgiram novas teorias e doutrinas a responder por estas mudanças e a justificar as relações de poder subjacentes. A teoria das vantagens comparativas de Ricardo legitimou a superioridade britânica durante todo o século 19 e a superioridade dos Estados Unidos depois da segunda guerra mundial. O mesmo sucede actualmente.

Ruigrok e Rob Van Tulder chamam a atenção para o facto de que a teoria globalizante de Ohmae (1996) "serve para racionalizar" (no sentido freudiano da palavra) "a internacionalização/globalização das empresas japonesas" (RUIGROK, ROB VAN TULDER, 1995).

A internacionalização tem por base actores nacionais, como é o caso do papel desempenhado pelas autoridades públicas nacionais, que controlam quer os fluxos de trocas, quer os movimentos populacionais. No contexto de internacionalização da economia, a concorrência entre as empresas das diferentes economias nacionais é um instrumento central para assegurar balanças comerciais positivas. A liberalização dos fluxos de trocas tem constituído a fórmula e a ideologia dominantes dos últimos 50 anos. O GATT (Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio) representa a organização institucional estabelecida para promover a liberalização das relações comerciais a nível internacional.

O crescimento da internacionalização económica desde os anos 50 é visível, se se compararem as curvas de exportações de bens manufacturados, que sobem muito mais depressa do que a produção manufacturada, a produção primária ou o produto interno bruto mundial.

## 2.2. A multinacionalização

Ainda de acordo com o estudo do Grupo de Lisboa, a *multinacionalização* da economia e da sociedade caracteriza-se basicamente pela transferência e deslocação dos recursos, especialmente do capital e, em menor grau, da mão-de-obra, de uma economia para outra. Uma forma típica de multinacionalização da economia é a criação de estruturas de produção das empresas num país estrangeiro, mediante subsídios diversos, aquisições, tipos variados de protecção ou cooperação (comercial, financeira, técnica e industrial).

Em Portugal, os exemplos da Renault (1980) e da AutoEuropa (Ford-VW) são significativos<sup>2</sup>. A partir de 1980, as entradas de investimentos directos estrangeiros aumentaram significativamente. De entre os vários projectos estrangeiros desse período, destaca-se o que foi promovido no sector automóvel pela empresa Renault, com o apoio de importantes protecções e incentivos concedidos pelo Estado português. Em 1987, o afluxo de investimentos directos estrangeiros entrou numa fase de expansão espectacular, sem paralelo em outros períodos da história económica portuguesa. É de mencionar especialmente o projecto da Ford-VW na indústria automóvel, com arranque previsto para 1995. É o maior projecto realizado até agora em Portugal, que absorveu, só por si, cerca de 80% do investimento total (450 biliões de escudos) dos projectos aprovados no quadro da OID de Setúbal. Este projecto reorienta a especialização da região para a fileira metálica e para a exploração das economias de escala como factor competitivo-chave, para indústrias de alto nível tecnológico e para um potencial de qualificação dos empregos de nível superior (UA OID/PS, 1994).

Este e outros projectos trouxeram maior integração dos produtos fabricados em Portugal em canais de produção e distribuição internacionais e foram o principal factor do rápido crescimento das exportações de manufacturas portuguesas. As vendas e as exportações da indústria nacional de componentes aumentaram fortemente entre 1990 e 1995. O mesmo aconteceu com o número de trabalhadores. O número de PME criadas, a criação de *joint-ventures*, o investimento na qualidade, em formação profissional e em ID, o aumento da produtividade, os quase 4000 postos de trabalho directos (para além dos outros cerca de 4000 indirectos), com salários superiores aos da média industrial, o processo de inovação tecnológica e organizacional, o sistema de just-in-time, o modelo da *lean production* (produção magra) são, entre outros, factores significativos do impacto deste investimento.

A transnacionalização assenta em agentes nacionais (sobretudo empresas) que, para o seu desenvolvimento, recorrem a estratégias que lhes permitam tirar vantagens da existência de espaços regionais de outros países com características distintas.

---

<sup>2</sup>Cf. LIMA et alii (1996).

Como se refere no livro do Grupo de Lisboa, a multinacionalização obedece à lógica de expansão da dimensão do mercado que garante que a melhor combinação dos factores produtivos já não poderá ocorrer no interior dos espaços nacionais, estando cada vez mais sujeita a mecanismos e processos que implicam uma *multiterritorialização* das actividades produtivas.

A multinacionalização da sociedade implica que os actores sociais (universidades, imprensa, igreja, sindicatos, etc.), o sistema de educação e formação, os modos de vida, as culturas e os sistemas de valores, sejam capazes de se expandirem e instalarem noutros contextos nacionais, transpondo-os a partir de dentro, ao mesmo tempo que mantêm a sua especificidade (*transplantes*). Reciprocamente, são também alvo de influência, transformação e controlo por parte de agentes nacionais. Por outras palavras: os vários actores, instituições e processos nacionais são cada vez mais impelidos a entrar num processo, com base multinacional, de coexistência e de co-desenvolvimento. Para exprimir este movimento, um conceito como "transnacionalização" é igualmente adequado (GRUPO DE LISBOA, 1994).

### 2.3. A globalização

«A *globalização* da economia e da sociedade é um fenómeno recente e, por isso, as formas que assume são múltiplas e variadas» (GRUPO DE LISBOA, 1994). Os agentes deixam de ser estritamente nacionais, organizando-se segundo modalidades que cruzam claramente qualquer fronteira nacional<sup>3</sup>.

Há vários processos de globalização: a financeira, a dos mercados e estratégias (em particular a concorrência), a tecnológica (incluindo ID e conhecimento), a dos modos de vida e tipos de consumo (globalização cultural), a governativa e dos poderes de regulação, a globalização como unificação política do mundo<sup>4</sup>.

As mudanças que ocorreram nos últimos anos são amplas e profundas, em múltiplos campos: finanças, rede de comunicações, novas tecnologias de informação, infra-estruturas, organização e gestão das empresas, quadro legislativo, transportes, fluxos de bens, serviços, capitais e pessoas, modelos de consumo, sistema de valores, papel do Estado-Nação, crescimento populacional, geo-política, *mass-média*.

Os problemas do emprego, da flexibilidade, da reconversão industrial, da reconversão tecnológica e organizacional, são crescentemente agendados nas relações empresários-sindicatos-Estado. A globalização económica e cultural traduz-se numa crise e mudança nas *sociedades industriais* e na emergência de sociedades *neo e pós-industriais*. E, se é verdade que cada modelo nacional de relações industriais é *específico*, uma convergência, ainda que limitada, faz o seu curso em função de transformações políticas, económicas, sociais e culturais relevantes (LIMA, PIRES e ALVES, 1995).

Os conceitos de internacionalização e multinacionalização mostram que não são adequados para descrever o significado profundo do que está a acontecer, num processo de transformações aceleradas. O uso crescente do novos conceitos, como o de *globalização*, não é apenas uma questão de moda. Exprime a necessidade de compreender processos, que exigem a mudança dos conceitos tradicionais e a criação de conceitos novos.

A *globalização* descreve o processo pelo qual as ligações entre Estados e as sociedades que integram o presente sistema mundial aumentam em número e significado. Os factos, decisões e actividades levadas a cabo numa parte do mundo implicam consequências significativas para os indivíduos e comunidades em zonas distantes do globo.

Convém assinalar, no entanto, que a globalização é muito desigual no seu alcance e diferenciada nos seus efeitos<sup>5</sup>.

Por outro lado, alguns aspectos da actual globalização suscitam preocupações pelos inconvenientes que estão a criar, se as formas predominantes mantiverem a sua importância no futuro.

Uma outra faceta da globalização deve ser considerada. Como assinala A. Touraine, se é verdade que o processo de globalização é evidente, não podemos cair na tentação de explicar formas de organização económica,

<sup>3</sup> Ruigrok e Van Tulder referem que em 1990 foram publicados 670 títulos contendo os termos "global" e "globalização" (contra os apenas 50 em 1980). No último Congresso Mundial de Sociologia, realizado em Montréal em 1998, o termo «globalização» foi o termo mais frequentemente usado nas comunicações apresentadas. O mesmo aconteceu no Congresso do Quebec, da AISLF, realizado em 2000.

<sup>4</sup> Isto só para nos atermos aos processos identificados pelo Grupo de Lisboa. Utilizando a definição de GIDDENS (1995), a globalização é "a intensificação das relações sociais de escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância e vice-versa. Este processo é dialéctico porque essas ocorrências locais podem ir numa direcção inversa das relações muito distanciadas que as moldaram".

<sup>5</sup> A nossa análise não é partilhada por outros autores. Por exemplo, M. Porter considera que o traço mais significativo das sociedades actuais é o "sistema nacional", nomeadamente o de inovação (PORTER, 1990 e 1994).

bem como as suas consequências económicas, políticas e sociais unicamente pela sua consumação técnica (TOURAINÉ, 1992 e 1996). Há mudanças económicas, tecnológicas, políticas e de mercado, mas não estamos num mundo definido pelo puro domínio tecnológico.

A cultura de massas, os fenómenos concorrenciais, o domínio do capital financeiro, que origina a dominação do capital sobre os Estados, provoca um empobrecimento do antigo sistema de redistribuição da riqueza, o que se traduz no reaparecimento do "fantasma" da sociedade liberal, caracterizada por uma forte desigualdade e por um fraco controle público. Ora, sociologicamente, a cultura de massas, os fenómenos comerciais e o domínio do capital financeiro relevam de níveis, contextos e efeitos distintos.

A globalização não é um único fenómeno. Por exemplo, as convergências da Rede, das redes mundiais, como a Internet são factos distintos. Nós encontramos-nos, por um lado, perante uma sociedade informacional, de comunicação, por outro lado, perante uma sociedade multiconcorrencial e, em terceiro lugar, diante de uma sociedade "selvagem", no sentido de que o controlo social e público se encontra debilitado. E se é verdade que há relações entre os três aspectos, também é verdade que não é sociologicamente rigoroso dizer que a tecnologia ou o capitalismo comandam tudo.

Centrando-nos agora na *Europa*, se é verdade que há processos de *convergência* (necessidade de investir na formação, na educação, na nova organização das empresas, na invenção científica e tecnológica, na comunicação etc. etc.), os problemas são muito diferentes de país para país. A Alemanha tem uma taxa de desemprego que aumenta porque os custos salariais são dos mais caros do mundo. Por isso, deslocaliza as suas empresas para o Leste. A França, noutras circunstâncias, procura fazer o mesmo: a Renault decidiu fechar a fábrica de Setúbal, para a deslocalizar para a Eslovénia, fechou também a de Vilvorde e, por outro lado, acaba de investir fortemente no Brasil. Por outro lado, vai-se queixando, ora das desvalorizações da lira pela Itália, ora dos americanos, que também usam a desvalorização competitiva. Há países semi-desenvolvidos, como é o caso de Portugal, que já encontram muita dificuldade em dar resposta à concorrência de certos países asiáticos (por ex. indústria têxtil).

E, entretanto, três mil milhões de pessoas morrem de fome! Os aspectos *positivos* e *negativos* devem ser devidamente analisados.

#### 2.4. *Modernidade e identidades*

Gostaríamos agora de equacionar uma outra questão: a da relação entre *Modernidade e Identidades*. E aqui seguimos de perto as últimas obras de A. Touraine. Hoje, a modernidade define-se pela participação na sociedade mundial. Por outro lado, vivemos num mundo cultural subjectivo, que é o mundo da herança da cultura, da nação, da religião. Com a mundialização da economia, crescem os computadores, os jeans, os consumidores da Coca-Cola, mas igualmente Deus, a Nação, os movimentos étnicos, regionais e religiosos.

O mundo desenvolvido define-se hoje menos pela produção de bens materiais, típica das sociedades industriais e mais pela produção, difusão e apropriação de bens *culturais* e *simbólicos* (*sociedade pós-industrial*).

A ligação ao saber, à universidade, à investigação, às dimensões do imaterial e do simbólico, à qualidade, é outra questão fundamental. A *informação*, a *participação*, a *democracia* e a *formação* são questões-chave de uma verdadeira renovação dos actores sociais (LIMA, 1993).

O poder está hoje nos que detêm os signos e os fluxos, que se opõem aos outros que não os controlam. Não se deve falar aqui tanto da exploração, como no passado, mas de *exclusão*. As classes sociais mudaram profundamente. Os modelos do passado são insuficientes: é necessário criar modelos do futuro.

Hoje, a Europa tem de compreender que o mundo é um campo de batalha entre grandes, médios e pequenos, o que pressupõe uma intervenção face ao poder do Japão e dos Estados Unidos. É indispensável reforçar o controlo social, político e cultural das transformações em curso (TOURAINÉ, 1996).

A Europa não se faz sem que cada país faça a sua integração social. Enquanto houver um Sul de Itália que não funciona, não se pode fazer a Europa. Quando se olha para o Sul de Espanha, o que impressiona é a clivagem entre a Catalunha e a Andaluzia, que aumentou.

Em Portugal, os últimos trinta anos transformaram profundamente a sociedade, que se modernizou. Política, associativismo, educação, saúde, justiça, comunicação, transportes, modas, alimentação, cultura cobrem o país inteiro e "homogeneizam" o país. Mas os dualismos sociais subsistem: interior e litoral, campo e cidade, Norte e Sul. Como afirma A. Barreto, as "duas sociedades vivem hoje paredes meias nas áreas metropolitanas, eventualmente nas poucas cidades do interior, mas seguramente nos próprios subúrbios do Porto e de Lisboa, onde milhares de barracas e dezenas de bairros-de-lata persistem em condenar publicamente a prosperidade e as prioridades dos últimos anos »(BARRETO, 1996).

Portugal é o país mais "periférico" do centro. Pertence, geográfica, política e culturalmente, à Europa, à OCDE, à União Europeia e à Nato, ou seja, a um dos mais importantes centros económicos, políticos e culturais do mundo. Em alguns campos, a assimilação é rápida (mentalidades, comportamentos, expectativas). Noutros, pelo contrário, é muito lenta (capacidade económica, força competitiva, capacidade de organização).

"As aspirações próprias do centro correspondem as debilidades da periferia. As grandes expectativas, próprias dos países mais desenvolvidos, podem ser frustradas pelas fragilidades económicas e tecnológicas, sem falar nas distâncias físicas e nos atrasos científicos e culturais" (A. BARRETO, 1996). E estas últimas podem levar o tempo de uma geração a mudar.

### 3. A GLOCALIZAÇÃO

Vale a pena salientar alguns pontos relacionados com o conceito de *glocalização*.

As coordenadas indispensáveis para enquadrar a modernidade permitem distinguir elementos de *continuidade* e outros de *descontinuidade* (GIDDENS, 1995), que constituem aquilo que este autor define como *radicalização da modernidade*.

Na base deste fenómeno de *radicalização* encontra-se a redefinição da relação global/local. Para além de várias leituras que se têm vindo a fazer sobre o fenómeno da *globalização* - a leitura do "Sistema-mundo" da escola de WALLERSTEIN (1974,1995), em que se acentuam mais (penso que excessivamente) os aspectos económicos, ou a de investigadores como ROBERTSON (1992), que sublinham principalmente as dimensões sócio-culturais; os estudos de *economia política* e de sociologia económica sobre "world-factory" (REICH, 1995), etc., - é geralmente reconhecido que se trata de uma perspectiva imprescindível ao reconhecimento da verdadeira natureza dos mais diversos problemas sociais, quer se trate das transformações da organização do trabalho, dos processos de construção das identidades (profissionais, patronais, sindicais), da difusão dos fenómenos do nacionalismo, da reemergência dos fundamentalismos integristas, do desemprego, etc.

No entanto, convém evitar propor esquematizações dualistas rígidas e paralisantes. Não se trata tanto de definir a identidade de duas polaridades, a global e a local, dívidas e contrapostas, mas ver como a transformação de uma acontece através da transformação de outra: é indispensável conseguir reidentificar o local no global, a contribuição criativa resultante deste facto e entender os modos como o global se enraíza, redefinindo-o, no local.

A propósito desta interpretação não determinista, mas dialéctica, das relações entre o global e o local, têm sido usados conceitos como "sincretismo", "glocalização" (ROBERTSON, 1992), "creoulização", "hibridação" (cfr. LIMA, 1995), "multipertencimentos" (VELHO, 1996).

A este propósito, registaria um facto referente à sociedade portuguesa, que respeita às políticas sociais para uma população extremamente envelhecida e em que, em 1970, havia 12 activos para um pensionista, 2,4 em 1980, chegando-se em 1993 a um dos *ratios* mais baixos da Europa: 1,7 activos para cada pensionista.

Para além da plasticidade demonstrada com o acolhimento, relativamente rápido e pacífico de cerca de 600000 ex-residentes em África (cfr. as dificuldades opostas que a França encontrou com a independência da Argélia), as políticas de emprego, formação profissional, científica e tecnológica são decisivas. Políticas de *abertura* de uma sociedade, feita de cidadãos que vão ao estrangeiro, que vêem televisão, que têm a oportunidade de conhecer o mundo e outros mundos, que têm contacto com outros modos de vida. A população portuguesa vai entrar, nos próximos anos, num profundo processo de mestiçagem. Vão ser - já são !... - os imigrantes estrangeiros, europeus, brasileiros, africanos, que vão trazer dinâmica demográfica à população portuguesa. Vai ser essa *miscigenação* que vai, talvez dar uma nova vida à sociedade portuguesa<sup>6</sup>.

### 4. A PROBLEMÁTICA DO EMPREGO E DO DESEMPREGO

As questões do emprego numa economia que se mundializa suscitam um interesse crescente a nível nacional e internacional.

O emprego era um dos 3 temas da agenda da Cimeira Mundial para o desenvolvimento social que se realizou em Copenhaga em Março de 1995. Ocupou também um lugar importante nas deliberações recentes do Grupo dos 7, da União Europeia (cfr. Livro Branco sobre o Crescimento, a Competitividade e Emprego, Encontro dos líderes socialistas europeus, em Lisboa), da OCDE e da OIT. Obras e artigos multiplicam-se.

<sup>6</sup> No mesmo sentido, BARRETO (1996).

Desde há 20 anos, a situação do emprego deteriorou-se em grande parte do mundo.

Nos países industriais, o período do pleno emprego que se tinha instaurado depois do fim da guerra acabou em 1973. Hoje há 18 milhões de desempregados na UE (8%). Depois disso, o desemprego aumentou regularmente, tornando-se particularmente inquietante pela sua extensão e persistência, bem como pela aparente ausência de soluções eficazes. Sobre as causas do fenómeno e os meios de o combater, as políticas preconizadas, tal como os trabalhos dos investigadores, fazem aparecer grandes divergências de pontos de vista. Novos receios aparecem quanto às repercussões que a globalização da actividade económica e a evolução técnica poderiam ter sobre as oportunidades de reduzir o desemprego. Instalou-se um clima de cepticismo generalizado propício às teses pro-teccionistas e às profecias daqueles que anunciam "o fim do trabalho". A situação do emprego degradou-se também, no decurso destes anos, numa grande parte dos países em desenvolvimento. Com excepção dos dragões e tigres da Ásia de Leste e Sudeste, a progressão do emprego diminuiu fortemente no sector moderno, enquanto a população activa continuava a aumentar rapidamente, sendo o sector informal que absorve, nas actividades pouco produtivas, a maior parte dos novos trabalhadores.

Finalmente, na Europa Central e Oriental, entre os países que anteriormente tinham um sistema de economia planificada, muitos conheciam desde 1990 um desemprego de uma amplitude sem precedentes.

Taxas de desemprego (%)

	UE	EUA	Japão
1970	2	5	1
1980	7	8	2
1990	10	5	3
1996	11	4	3
1997	11	5	4
2000	8	4	5

Fonte: OCDE e EUROSTAT

Nos países da UE, uma questão retém particularmente a atenção: as estruturas de mercado de trabalho e a sua influência na subida e persistência do desemprego.

Segundo uma tese muito influente (neo-liberal), deve-se procurar a causa principal do desemprego na rigidez do mercado de trabalho: a instituição do salário mínimo, as disposições legais restritivas sobre a segurança do emprego, os encargos não salariais que agravam o custo do trabalho, as condições generosas de subsídio e indemnização do desemprego, o poder dos sindicatos.

Este diagnóstico está longe de recolher o consenso. Numa perspectiva mais "social-democrata", põem-se em causa os dados sobre que repousa a tese neo-liberal e invocam-se outros factos, considerados mais importantes: a diminuição do crescimento, a insuficiência da procura global, a evolução técnica, a inadaptação das formações, a intensificação da concorrência internacional.

As diferenças de diagnóstico articulam-se com as medidas preconizadas: a desregulamentação do mercado de trabalho, tomada como uma verdadeira panaceia (perspectiva neo-liberal); por outro lado, terapias mais complexas conjugando medidas micro e macro-económicas e a acção internacional (perspectiva mais próxima dos que defendem a Europa Social).

Na UE, diversas propostas têm surgido baseadas na cooperação à escala nacional e internacional. Uma política capaz de oferecer empregos produtivos aos desempregados e àqueles que chegam pela 1ª vez ao mercado de trabalho, repousa em dois pilares: um nível superior de procura global e uma recuperação do crescimento económico. A que se devem juntar uma melhoria da estrutura institucional da economia, a estabilidade do regime dos investimentos estrangeiros, a exploração das novas técnicas de informação e comunicação, bem como uma gestão coerente das medidas - de estímulo e outras - para assegurar às vítimas da mudança as qualificações e as possibilidades de emprego apropriadas. Todos estes elementos abrem a perspectiva de uma viragem das correntes de pensamento: contra a desilusão e o desespero, desencadear o círculo virtual da produtividade, do crescimento e do emprego.

Na UE, a integração económica - traduzida no Mercado Interno e na moeda única - deve ser simultânea com o desenvolvimento do modelo social europeu (os actores sociais defensivos devem passar a ser negociadores e

políticos, capazes de elaborar estratégias e propostas, em matéria de políticas sociais, industriais e de desenvolvimento).

Tudo isto requer uma mudança radical do comportamento dos actores económicos, da concepção da empresa e do modelo de desenvolvimento. A empresa já não será só assumida como lugar de protecção económica, mas também de formação, de socialização e de cidadania social. Nessa perspectiva, será preciso encontrar estímulos à concertação estratégica entre agentes económicos e outros (autarquias, serviços públicos, instituições e associações privadas, iniciativas de desenvolvimento local), por forma a implementar localmente projectos concedidos com o objectivo de articular o económico, o social e o cultural.

O agravamento do desemprego na UE é visível se nos lembrarmos que, em 1964, a taxa de desemprego era de 2%, atingindo os 11% em 1996. Lembramos que nos EUA, esta taxa é de cerca de 4% e no Japão de 5%. A situação revela-se particularmente preocupante no que respeita às mulheres, aos jovens, aos operários desqualificados tradicionais e ao desemprego de longa duração.

Vejam agora o que se passa com a evolução do mercado de trabalho em Portugal a partir de 1974. O estudo que fizemos (LIMA, 1991) revela que o desemprego, no período imediatamente posterior à Revolução do 25 de Abril, aumentou relativamente pouco. Entre 1983 e 1986, a degradação das condições de emprego agravou-se rapidamente. Entre 1987, data da entrada do nosso país para a CEE e 1989, a situação melhorou muito, o que em parte se relaciona com os recursos financeiros disponibilizados pela CEE. A partir de 1990, o agravamento do desemprego volta a ser significativo. No final de 1995, quando o PS ascende ao poder, o desemprego estava na casa dos 7,2% da população activa, com uma distribuição irregular: mais nas *mulheres* do que nos homens, mais nos *jovens* do que nos adultos. O desemprego de *longa duração* representa na altura cerca de 40% do total, a fazer lembrar os anos difíceis do início da década de 80.

Curiosamente, a partir de 1993, aumentam simultaneamente o *desemprego* e as *ofertas* (vagas) por satisfazer, o que, neste último caso, revela as dificuldades na reconversão dos perfis profissionais. Ou seja, os velhos trabalhadores de qualificações tradicionais de cada vez têm mais problemas em encontrar emprego (é o caso das indústrias navais, químicas, têxteis, siderúrgicas, metalomecânicas pesadas), enquanto os novos sectores (informática, indústria electrónica moderna, automóvel - Ford-VW, etc.) não conseguem satisfazer as suas necessidades de qualificações novas e sofisticadas.

Ao mesmo tempo, entre 1991 e 1994, as variações salariais diminuíram e o desemprego aumentou, o que permite extrair duas conclusões. Primeira: alguns desempregados, sobretudo os mais jovens, «habituarão-se» à ideia de que um emprego é algo de *inacessível* e deixaram de lutar por ele. Segunda: a regra segundo a qual o emprego aumenta se os salários diminuírem, ou subirem menos, já não funciona - o problema do desemprego terá de ser resolvido pela *actividade económica*, pelos investimentos e pelas iniciativas de desenvolvimento local e não pelos meios estritamente salariais.

Nos últimos dois anos, a taxa de desemprego (em sentido restrito) diminuiu: 6,7% em 1997, 5,0% em 1998, 4,2% em 1999. A composição do desemprego tem vindo a mudar. A incidência sobre as camadas juvenis parece estar a ser substituída pelo desemprego de longa duração de camadas etárias intermédias, pouco qualificadas e com um peso importante do sexo feminino.

## 5. AS INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Devemos agora sublinhar brevemente os seguintes aspectos (AMARO, 1992, 1995) das estratégias de desenvolvimento regional e local:

- a) o número de IDL, existentes em Portugal é, tal como em muitos outros países, já bastante elevado (mais de 80, numa primeira aproximação);
- b) na maior parte dos casos, são muito mal conhecidas;
- c) torna-se imperioso um levantamento rigoroso e sistemático dessas micro-iniciativas; elas revelam uma dimensão de territorialidade flexível e orgânica, com um tipo novo de regulação de tipo «Lego», a partir de peças mais pequenas;
- d) as políticas de emprego e formação profissional estão actualmente a ser revistas em Portugal, apontando para a globalização, a coordenação e a integração dessas políticas, em articulação com a política social e a concertação estratégica de médio prazo dos parceiros sociais;
- e) estas iniciativas apresentam alguns pontos de fragilidade que as podem inviabilizar: a tentação de fechamento «localista»; a possibilidade de tensões não resolvidas redundarem em oposições irreduzíveis; a fragilidade da base económica, obrigando o projecto a ser «assistido» do exterior; o risco de protagonismo personalizado, inibidor da participação; a falta de coordenação;

- f) é fundamental passar de uma concepção de Estado-Providência, em que o Estado tem a última palavra e está no topo de hierarquia funcional, para uma outra de *Sociedade-Providência*, numa lógica de parceria, em que o Estado tem um papel fundamental, mas deve funcionar mais como *parceiro* do desenvolvimento e em que a *sociedade civil* pode vir a desempenhar um papel cada vez mais importante; a democracia participativa começa a combinar-se com a democracia representativa;
- g) a Sociedade-Providência, embora possa também ser, por vezes, o resultado da regulação de tipo familiar e de vizinhança, que colmatam as falhas do Estado-Providência ou do mercado (cfr. SANTOS, 1994; REIS, 1992), é já muito mais do que isto. Surge como novo relacionamento entre o Estado, os cidadãos e os consumidores, emergindo novas regras, baseadas na *participação*, na *solidariedade*, na *diversidade* e no reforço das capacidades de iniciativa e de autonomia («empowerment») das comunidades e dos actores individuais e colectivos. Elas ultrapassam as meras bases familiares e de vizinhança, para assentarem em fórmulas de parceria e até de contratualização entre as comunidades e o Estado. A Sociedade produz-se a si própria, criando-se e recriando-se. A qualidade de vida e a afectividade são também dimensões do desenvolvimento (PNUD, 1996).

Não é já uma tendência defensiva e negativa, para se tornar numa proposta pró-activa de um novo modelo de sociedade (LIMA, 1992, 1993, 1995).

As dimensões *masculinas* e *femininas* do Desenvolvimento procuram integrar-se de uma forma inovadora: produtividade e criatividade; competitividade e solidariedade; consumo e fruição; global e local; linearidade e complexidade; hierarquia e rede; agressividade e acolhimento; convexidade e concavidade, etc.

Os constrangimentos impostos pela mundialização dariam assim lugar a um verdadeiro «universal», segundo o qual o outro não seria um adversário, mas um parceiro ao serviço de projectos comuns. As Conclusões do Conselho Europeu de Essen (1994) vão exactamente nesse sentido: uma nova criação histórica de uma sociedade.

Vale a pena lembrar as obras geniais (utopias) de Moisés, Cervantes, Kant e Melville. O fim e o início do milénio têm necessidade de utopia unida a um desencanto pelos mitos e ideologias, quer as liberais, quer as totalitárias.

Nesta transição entre o século 20 e o 21, em que o mundo conheceu o desencanto das utopias não realizadas, seria ingénuo deixar de sonhar e querer eliminar qualquer dos pólos que por vezes se opõem: «a prosa do mundo e a poesia do coração» (Cláudio Magris).

## 6. CONCLUSÃO: A EMERGÊNCIA DE UMA SOCIEDADE CIVIL GLOBAL

Como anteriormente afirmámos, não é só em Portugal que as IDL têm assumido um significado relevante. Nas sociedades pós-industriais, começa a emergir uma *sociedade civil global*. Trata-se, conforme o evidenciou o Grupo de Lisboa (1994), de um conjunto de grupos sociais organizados e de instituições (associações voluntárias, organizações não lucrativas, organizações não governamentais), que actuam a nível local, nacional e global, em todas as esferas de actividade humana, com o objectivo de melhorar as condições e o desenvolvimento social, nos planos individual e colectivo.

A sociedade civil global é uma «nebulosa». É composta por milhares de grupos organizados, abrangendo a não-violência, a preservação das espécies animais ameaçadas, a promoção da igualdade de oportunidades para a mulher, a conservação de áreas naturais, a luta pelos direitos humanos, a defesa dos imigrantes, a defesa de novas formas de actividade económica, o fortalecimento da cooperação transnacional e das minorias linguísticas, a procura de uma nova ética para os negócios e para o desenvolvimento tecnológico e muitas outras áreas. Alguns exemplos destas novas formas de militância social são o Greenpeace, a Associação contra o Racismo e a Xenofobia, a Organização da Cruz Vermelha, o World Wildlife Fund, a Amnistia Internacional, os Friends of the Earth, o Third World Forum, etc.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, foi uma das ilustrações mais estimulantes da sociedade civil global, apesar das clivagens que aí surgiram (Norte-Sul; ambientalistas contra fervorosos do desenvolvimento; reformismo contra «revolucionarismo»; localistas contra globalistas). 130 governos fizeram-se representar e assinaram o documento Agenda 21, que aborda alguns dos mais prementes problemas da actualidade e a necessidade de nos prepararmos para os desafios do próximo século.

Vale a pena citar algumas questões-chave da Agenda 21, para evidenciar o projecto de *desenvolvimento sustentado* do Planeta Terra: combate à pobreza, mudança de padrões de consumo, protecção da saúde humana, combate à desertificação, solução para os desperdícios radioactivos, o papel da infância e da juventude no desenvolvimento sustentado, reorientação da indústria, Convenção sobre Mudança Climática, etc.



Importa salientar também a proposta do Grupo de Lisboa de abandono da ideologia dos «3 Ds» e da estratégia do FMI e do Banco Mundial (deflação, desvalorização, desregulação), que provocaram não só um enfraquecimento de algumas regiões mais pobres como uma certa penalização nas próprias nações ricas. Para inverter esta tendência, a ideologia dos «3Ds» deve tornar-se na ideologia dos «3Rs»: *recuperação* do comércio e do crescimento mútuos, *reestruturação* das relações entre os poderes económicos, públicos e privados, *redistribuição* dos recursos como meio para a recuperação sustentada.

Acontecimentos importantes recentes chamam a atenção para a necessidade de controlar os efeitos negativos dos processos de globalização. Referimos, entre outros, as contestações de Seattle e da cimeira de Davos, a cimeira de Porto Alegre, o aumento da consciência ecológica, a urgência de novas políticas sociais contra o desemprego, o trabalho precário e a exclusão, os movimentos sociais em torno de Timor.

A propósito dos *cenários e opções dos governos* e do *futuro dos trabalhadores*, quero citar aqui um Relatório (insuspeito pela sua origem) do Banco Mundial, sobre o "Mundo do Trabalho numa Economia sem Fronteiras" (1995). Depois de um longo e aprofundado trabalho de análise económica e estatística das várias regiões mundiais ao longo dos últimos anos, traçam-se dois cenários. O primeiro é um cenário de *inércia*, que corresponderia à continuação das tendências passadas. O seu risco é o da "divergência" crescente entre países e regiões, desigualdades de rendimentos laborais dentro dos países, crescimento lento. O segundo é o defendido no Relatório: *o cenário da «convergência»*. Ele implicaria uma acção enérgica dos poderes públicos no plano interno em todas as partes do mundo, que seria associada uma integração mais aprofundada. Seria o único capaz de reduzir as imensas diferenças existentes entre, por exemplo, a África subsahariana, a América Latina, a Ásia, os antigos países socialistas do Leste Europeu, o Médio Oriente e a África do Norte e a OCDE. Na hierarquia internacional de salários, as relações entre os das categorias mais pobres - trabalhadores qualificados dos países industriais e trabalhadores rurais da África -, que era de 60 para 1 em 1992, poderia descer de 50 para 1 até 2010. Assim começaria a diminuir a enorme diferença que o fim do século 20 viu aumentar entre os mais ricos e os mais pobres (BANCO MUNDIAL, 1995).

O Ocidente vive o desencanto das ideologias totalitárias e das utopias não realizadas. Este desencanto foi retratado por Max Weber em páginas admiráveis, descrevendo a mão de ferro que aprisionou o mundo nas malhas de uma racionalização inexorável, dentro de um binómio redutor. Mas as mesmas páginas de Weber contradizem este diagnóstico, como a música que o invade quando fala dos valores indemonstráveis e também irrenunciáveis, do sentido da vida, que a racionalização torna invisível, mas que é uma exigência insuperável.

«Utopia significa que não nos devemos render às coisas como são e lutar pelas coisas como elas deveriam ser» (Claudio Magris). Saber que o mundo, como diz um verso de Brecht, tem necessidade de ser mudado e resguardado. A sociedade da informação deve catapultar uma nova esperança traduzida em melhor desenvolvimento, mais emprego, melhor qualidade de vida e promessa de bem-estar para a humanidade.

O Relatório do Forum Europa para a Sociedade de Informação (SI), divulgado em Bruxelas em Junho de 1996, aponta no mesmo sentido de tomadas de posição de Roberto Carneiro:

- 1) permitir que a SI se transforme numa sociedade educativa ao longo de toda a vida;
- 2) combater a exclusão na SI;
- 3) envolver os cidadãos na revitalização da democracia;
- 4) fomentar a emergência de uma segunda Renascença com base na SI, com relevo para a estimulação da criatividade da descoberta científica, do conhecimento, do desenvolvimento cultural e da coesão comunitária;
- 5) desenhar um futuro de criação de emprego e de desenvolvimento industrial;
- 6) aproximar empresas e escolas para colaborar na produção das novas campanhas exigíveis pela SI.

O desafio deste Mundo na viragem do século é o de produzir e criar as sociedades democráticas com o sentido da transformação activa dos actores sociais (sujeitos, indivíduos e grupos).

BIBLIOGRAFIA

- AMARO, R. R. (dir.) (1992), *Iniciativas de Desenvolvimento Local*, Lisboa, ISCTE-IEFP.
- AMARO, R. R. (1995), *O Desenvolvimento Local - um Caminho para a Sociedade - Providência?*, Rio de Janeiro, 2º Encontro de Economistas de Língua Portuguesa.
- AROCENA, J. (1986), *Le Développement par l'Initiative Locale*, Paris, Harmattan.
- BANCO MUNDIAL (1995), *Le Monde du Travail dans une Économie sans Frontières*, Washington, Oxford University.
- BARRETO, António (1996), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais
- BEAUD, M. (1989), *L'Économie Mondiale dans les Années 80*, Paris, La Découverte.
- BECCATINI, G. e RULLANI, E., «Sistema local e mercado global», in *Notas Económicas*, nº 6, Coimbra, 1995.
- BECK, U. (1992), *Risk Society*, Londres, Sage.
- BOYER, R. e FREYSSENET, Michel (1995), *Émergence de Nouveaux Modèles Industriels*, Paris, Actes du GERPISA.
- BRAUDEL, F. (1980), *Civilisation Matérielle, Économie et Capitalisme*, Paris, A. Colin.
- CARDOSO, F. H., «Alocação no Doutoramento Honoris Causa na Universidade de Coimbra», in *Notas Económicas*, nº 6, Coimbra, 1995.
- CASTELLS, M. (1996), *The Rise of the Network Society*, Oxford, Blackwell Publishers.
- CHANARON, J.J. e LUNG, Y. (1995), *Économie de l'Automobile*, Paris, ed. La Découverte.
- Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais (1996), *Para Abrir as Ciências Sociais*.
- DRUCKER, P., *A Gestão numa Época de Grande Mudança* (1995), Lisboa, Difusão Cultural.
- FEATHERSTONE (org.), (1990), *Global Culture*, Londres, Sage.
- FERRÃO, João (org.), (1995), *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local*, Lisboa, ICS.
- FORTUNA, Carlos (org.), (1997), *Cidade, Cultura e Globalização*, Lisboa, Celta.
- GIDDENS, A. (1995), *As Consequências da Modernidade*, Lisboa, Celta.
- GRUPO DE LISBOA (1994), *Limites à Competição*, Lisboa, ed. Europa-América, 2ª edição.
- HATZFELD, N. (1996), *Questions de recherche*, La Lettre du GERPISA, nº 105.
- HOVEN, R. e NUNES, M. H. (1996), *Desenvolvimento e Acção Local*, Lisboa, Fim de Século.
- LE MONDE DIPLOMATIQUE, 1995 - 2000.
- LIMA, M. P. de, "Relações de trabalho, estratégias sindicais e emprego (1974-90)", in *Análise Social*, nº114, Lisboa, 1991.
- LIMA, Marínus Pires de, et alii (1992), *A Acção Sindical e o Desenvolvimento*, Lisboa, Ed. Salamandra.
- LIMA, M.P. de, «A Europa social: questões e desafios», in *Análise Social*, nº123-124, Lisboa, 1993.
- LIMA, Marínus Pires de, PIRES, Maria Leonor e ALVES, Paulo (1995), "Transformações das relações laborais em três sectores: os casos das indústrias automóvel, siderúrgica e naval", in *Análise Social*, nº 134, Lisboa.
- LIMA, Marínus Pires de, et alii (1996) "A organização da indústria automóvel na Península de Setúbal" *Análise Social* nº 139, Lisboa.
- MCLUHAN, M. (1962), *Understanding Media*, Londres, Routledge.
- MOREL, Regina, LIMA, M. P. de, PESSANHA, Eliana, et alii (1996), "Os sistemas de relações industriais em Portugal e no Brasil no contexto da democratização", 3º Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Lisboa, ICS.
- OHMAE, K. (1996), *The End of the Nation State*, Nova Iorque, The Free Press.
- PARSONS, T. (1996), *Societies*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall.
- PNUD, *Relatórios das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano* (1994-1999), Lisboa, Trínova Editora.
- PORTER, M. (1990), *The Competitive Advantage of Nations*, Londres, MacMillan Press.
- PORTER, M. (1994), *Construir as Vantagens Comparativas de Portugal*, Lisboa, Forum para a Competitividade.
- REICH, R. (1995), *O Trabalho das Nações*, Lisboa, ed. Quetzal.
- REIS, J. (1992), *Os Espaços da Indústria*, Porto, Afrontamento.
- ROBERTSON, R. (1992), *Globalization. Social Theory and Global Culture*, Londres, Sage.
- RODRIGUES, M. J. (1991), *Competitividade e Recursos Humanos*, Lisboa, D. Quixote.
- RUIGROK, W. e TULDER, Rob Van (1995), *The Logic of International Restructuring*, Londres, Routledge.
- SACHWALD, F. (1996), *Mondialisation et régionalisation: une analyse des échanges automobiles*, in GERPISA, 4º Rencontre Internationale "L'Industrie Automobile Mondiale: entre homogénéisation et hiérarchisation", Paris.
- SANTOS, B. S. (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal*, Porto, Afrontamento.
- SANTOS, B. S. (1991), "State, wage relations and social welfare in the semiperiphery: the case of Portugal", Coimbra, CES.
- SANTOS, B. S. (1994), *Pela Mão de Alice*, Porto, Afrontamento.
- THUROW, L. (1992), *Head to Head. The Coming Economic Battle amongst Japan, Europe and America*, Nova Iorque, W. Morrow and Company.

- TOFFLER, A. (1970), *Choque do Futuro*, Lisboa, Livros do Brasil.
- TOURAINE, A. (1992), *Critique de la Modernité*, Paris, Fayard.
- TOURAINE, A. (1996), *O que é a Democracia?*, Lisboa, Instituto Piaget, tradução portuguesa.
- Unidade de Avaliação da OID/PS-CESO, ICS, AERSET, DINÂMIA, CET (coord. A. Mateus, M. P. de Lima, M. João Rodrigues, Isabel Guerra), (1994), *Relatório Final de Avaliação da OID da Península de Setúbal*, Lisboa.
- VELHO, O. (1996), "Valores sociais, modernidade e movimentos sociais, vistos da perspectiva dos processos de globalização", in *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, outros Olhares*, Actas do 3º Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Lisboa, ICS.
- WALLERSTEIN, I. (1974), *The Modern World-System*, Nova Iorque, Academic Press.
- WALLERSTEIN, I. (1995), "Mudança Social ?", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 44.
- WATERS, M. (1999), *Globalização*, Lisboa, Celta.
- WEBER, M. (1978), *Economy and Society*, Berkeley, University of California Press.

